



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social e ruralidades em
tempos de emergências climáticas



GT1

Estado, políticas públicas e sistemas
alimentares



Realização





1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º
ENCONTRO
da Rede
de Estudos
Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



EXTENSÃO RURAL COMO MEDIAÇÃO A INTERSETORIALIDADE NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Flaviane de Carvalho Canavesi¹

Jéssica Rodrigues Pereira²

GT1 - Estado, políticas públicas e sistemas alimentares

RESUMO

Com o recorte sobre extensão rural, a pesquisa levantou ações desenvolvidas pelos Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) realizadas nos anos de 2023 e 2024. Teve como objetivo analisar e discutir como a extensão rural e agroecologia estão sendo abordadas em ações meio, não somente pelo MDA, que detém a coordenação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), mas, também pelos ministérios abordados, mostrando que trata-se de uma política mediadora de demais políticas públicas. Para isso, foram realizados levantamentos de documentos e entrevistas a gestores(as) públicos(as). São apresentadas as ações desenvolvidas pelos ministérios e análise da extensão rural com base na Agroecologia.

Palavras-chave: Extensão Rural, Agroecologia, Agricultura Familiar, Políticas públicas, PNATER.

¹ Docente da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da (FAV/UnB). flavianecanavesi@unb.br

² Doutoranda em Sociologia (UnB). Pesquisadora do ERA/UnB. rodriguesjessicapereira@hotmail.com



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



INTRODUÇÃO

A extensão rural tem em seu histórico relação intrínseca tanto com o nascimento do ensino agrícola no Brasil, no início do século XX, quanto com a ressignificação desse ensino no que viria a ser os serviços oferecidos a partir de 1948 com a criação de institucionalidades próprias na formação de associações de assistência e crédito com propósito determinante de modernização da agricultura brasileira (Mendonça, 1998).

Este período é marcado por décadas de políticas setoriais, focadas nos processos agrícolas e ligada quase que exclusivamente ao Ministério da Agricultura. O “desenvolvimento de comunidades ortodoxo” (Ammann, 1982), como metodologia empregada para impulsionar as políticas públicas da época, era marcadamente uma forma de ajustamento social de agricultores para aderir acriticamente ao projeto agrícola vigente. Segundo a autora, era assim também pautado pela agenda política de agricultura, tornando o rural o “chão de fábrica” do condicionamento natural dos agroecossistemas, ao tempo da indústria, impulsionando a produção de *commodities* que caracteriza a economia do agronegócio e as desigualdades no campo.

Diante das transformações ocorridas no histórico do desenvolvimento rural, muitas delas pela agenda de luta de movimentos sociais, vamos perceber, na legislação brasileira, uma série de adequações que possibilitam intersectorialidades que levam a extensão rural a outros patamares. Hoje, processos mais pluralistas, educativos, reflexivos, por vezes, críticos e que são levados a cabo por diversos tipos de execução como cooperativas de trabalho, organizações não governamentais, empresas estatais ou mesmo privadas, dão conta de enraizar os processos de extensão rural em vários setores, tornando-a um canal de expressão e, como objetivo, de ampliação de acesso às políticas públicas.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Para compreender o papel intrínseco da extensão rural, ou seja, a sua ampliação para além dos limites setoriais agrícolas e, para além do seu espaço reservadamente rural, buscamos neste estudo, compreender de que forma, os diferentes ministérios se valem destas funções mediadoras de políticas públicas, considerada aqui pela Política Nacional de Assistência Técnica, a PNATER, para capilarizar seus instrumentos de ação e ampliar a execução de demais políticas públicas.

Este trabalho é parte do projeto de pesquisa sobre a Extensão Rural e Agroecologia (ERA), projeto em andamento na Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural/Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Dater/SAF/MDA), que visa gerar um conjunto de análises e reflexões sobre as principais fragilidades e potencialidades da execução da Lei de 12.188, de janeiro de 2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

A Pnater é uma política pública que promove o avanço das condições de vida da agricultura familiar, assentados(as) da reforma agrária, dos povos indígenas, dos remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais. Segundo a Lei instituída deve promover estratégias voltadas à promoção do desenvolvimento rural sustentável do país, com apoio aos agricultores familiares brasileiros e à potencialização do uso sustentável dos bens da natureza (BRASIL, 2010). Os princípios da Pnater envolvem desenvolvimento rural sustentável e preservação ambiental, gratuidade e acessibilidade dos serviços de Ater, uso de metodologias participativas, interdisciplinar e intercultural, adesão da agricultura de base ecológica, equidade social e segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

Para essa promoção, urge a necessidade de articulação de políticas para o público específico da agricultura familiar como a Lei nº 11.326, de 24 de julho



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



de 2006, que institui Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006), em escalas, tanto territoriais ou locais quanto nacionais e com caráter intersetorial e federativo. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo se concentrar em aspectos menos explorados sobre extensão rural, como aquelas que analisam as ações dos Ministérios com base na Pnater, além de refletir sobre o papel do Estado em sua intersetorialidade na implementação e consolidação da política, considerando seus avanços e desafios.

A base inicial da pesquisa foi a realização de um levantamento e análise documental de dados secundários públicos disponíveis nos órgãos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) referentes aos anos de 2023 e 2024, a fim de identificar ações de extensão rural que pudessem estar presentes na execução das políticas públicas de responsabilidade destes Ministérios. Também foram realizadas entrevistas com gestores públicos sendo uma entrevista com gestora da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS; uma com a Coordenação de Produção e Uso Sustentável do ICMBio/MMA; e uma com o Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural do MMA. O recorte de levantamento de documentos, entrevistas e análise baseou-se no instrumento Termo de Execução Descentralizada (TED) apoiados pelos ministérios MDA, MDS e MMA.

AÇÕES MINISTERIAIS EM EXTENSÃO RURAL

Esta seção analisa ações de extensão rural, considerada aqui como uma política mediadora do acesso de agricultores(as) familiares em sua diversidade identitária às demais políticas públicas, programas e projetos em execução pelos ministérios estudados, entre o período de 2023 a 2024.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) gerencia políticas públicas que promovem o fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia, abastecimento alimentar, reforma agrária e acesso à terra (BRASIL, 2023). Estruturado pelo Decreto N° 11.396/2023 com quatro secretarias, é de responsabilidade da Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia através do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) coordenar a execução Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) seguindo a Lei 12.188/2010 (BRASIL, 2010).

Segundo o relatório de gestão de 2023 do MDA (BRASIL, 2023), suas ações se baseiam no cumprimento do eixo Agricultura Familiar e Agroecologia do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que tem os seguintes objetivos estratégicos relativos à assistência técnica e extensão rural (Ater): 1.03 - promover o acesso à Ater para agricultores familiares, seguindo os princípios da Pnater alinhado às demandas e políticas estratégicas para Agricultura Familiar e 1.04 - promover a formação de agentes de Ater, atualizando conhecimentos, métodos e metodologias, para qualificar os serviços, alinhado aos princípios e objetivos da Pnater (BRASIL, 2023). Estas ações, segundo o relatório citado tiveram como “principal enfoque a promoção da agroecologia como modelo de produção para um desenvolvimento rural sustentável” (BRASIL, 2023, p.27).

Em perspectiva intersetorial, no Plano Safra 2023, foi criado o Pacto Nacional de Ater: “Agroecologia para produção de alimentos e recuperação de Biomas”, uma parceria entre o MDA, MMA e MDS, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (Asbraer), Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e Consórcio Nordeste, com o investimento de mais de R\$ 120 milhões em que foram executadas as seguintes ações em 2023:



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



(i) chamada pública federal do Bem Viver Semiárido, R\$ 2 milhões para 5,5 mil famílias no seminário brasileiro; (ii) Mulheres Rurais, Autonomia, Alimentação e Vidas Saudáveis, R\$ 5 milhões para 1,5 mil mulheres em 2 anos; (iii) Amazônia, em parceria com Bolsa Verde do MMA e com o Programa Fomento Rural do MDS, R\$ 20 milhões; (iv) extensão, pesquisa e inovação para agricultura familiar agroecológica, R\$ 12,9 milhões e (v) além de R\$ 3 milhões para estruturação da rede pública de assistência técnica (BRASIL, 2023, p.27).

Dentre os objetivos estratégicos do PPA 2024-2027, de responsabilidade executória de outros ministérios, também foram evidenciadas ações em extensão rural. Nas ações do objetivo estratégico 1.05, as chamadas de Ater Mulheres Rurais: Autonomia, Alimentação e Vidas Saudáveis; Programa Bem Viver Semiárido - Ater para Produção de Alimentos Saudáveis e Recuperação de Biomas na Região Semiárida e Programa Bem Viver Pampa - Ater para Recuperação e Gestão dos Recursos Hídricos na região Sul do Brasil passaram a ser voltadas para a agroecologia e transição agroecológica, no intuito de fomentar a produção de alimentos saudáveis pela agricultura familiar (BRASIL, 2023).

Foram identificados outros objetivos estratégicos como o 1.07, que apresenta ações de superação da pobreza no campo, com o Projeto Dom Helder Câmara que tem como eixo central a Ater. O objetivo estratégico 1.10 com vistas a promover a autonomia econômica das mulheres, foi lançado a chamada Ater Mulheres Rurais (BRASIL, 2023). A observância destes objetivos estratégicos mostra um potencial de ação coordenada em termos orçamentários sob diretrizes da Pnater em distintas competências do Estado.

O MDA é o responsável pela coordenação de contratos de gestão celebrado com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) para implementar políticas públicas, programas e ações de assistência técnica e extensão rural (BRASIL, 2023) além de Termos de Execução Descentralizadas (TED), que possibilita a transferência de recurso para instituições federais, em estratégia para execução de projetos de articulação com Universidades e



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



instituições de ensino e pesquisa. Existe ainda o apoio a projetos via Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Mrosc) - edital via MDA/SAF executadas prioritariamente por redes com participação social que tem o objetivo apoiar projetos voltados ao fortalecimento e estruturação de sistemas de produção agroecológica.

De acordo com o balanço 2023/2024 do MDA (BRASIL, 2024), houve também 1.567 extensionistas capacitados, repasse de R\$ 235 milhões, sendo: R\$ 50 milhões para estruturação da rede pública de Ater e R\$ 185 milhões para projetos de inclusão produtiva executados pela Anater. Além disso, foi criado o Programa de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos da Reforma Agrária, (ProforEXT). Lançado em 2023 e coordenado pelo MDA e pela Universidade Federal de Goiás (UFG), reúne 16 instituições de ensino superior. Seu objetivo é promover o desenvolvimento rural sustentável em assentamentos da reforma agrária, alinhando-se às metas da Agenda 2030 da ONU.

Em um contexto de reestruturação da Pnater, e do próprio MDA, houve iniciativas de reunir, em apoio aos desafios colocados, uma rede de universidades para atender às metas de formação. Também ocorreu apoio aos povos Yanomami em Roraima e Amazonas onde 13 mil indígenas foram atendidos com projetos de Ater (BRASIL, 2024).

O Ministério do Desenvolvimento e assistência social, familiar e combate à fome (MDS) tem como missão combater a fome, reduzir as desigualdades e garantir a dignidade, a inclusão e proteção socioassistencial às pessoas em vulnerabilidade social (BRASIL, 2023a).

No planejamento estratégico 2023-2026 (BRASIL, 2023a), o órgão possui como metas: 1) Implantar 50 mil tecnologias sociais de acesso à água para produção, associados ao Programa de fomento e oferta de Ater; 2) Reajustar os investimentos produtivos do Programa Fomento Rural em 2024; 3) Ampliar em



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



50% o atendimento pelo Programa Fomento Rural, especialmente Povos e Comunidades Tradicionais e famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN), até 2026.

O Programa Fomento Rural integra acompanhamento social e produtivo com repasse de recursos financeiros não-reembolsáveis, para que as famílias rurais mais pobres em seus projetos produtivos com apoio de Ater (BRASIL, 2023a).

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), formula e implementa políticas públicas ambientais nacionais em parceria com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2020). O MMA possui parcerias com o MDA a partir de TED, como do Programa Bolsa Verde e o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana - Decreto nº 11.700 de 12 de setembro de 2023 (BRASIL, 2023b).

No relatório de gestão do MMA do ano de 2023 (BRASIL, 2023b), destaca-se o Programa Bolsa Verde, que promove a proteção dos recursos naturais, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável, beneficiando famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária e em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais recebem, além dos pagamentos, ações de assistência técnica, extensão rural socioambiental, conservação ambiental e inclusão socioprodutiva (BRASIL, 2023c).

No relatório de gestão de 2024 o Programa Bolsa Verde atendeu 51.621 famílias com pagamentos trimestrais de R\$ 600,00 e está em processo de elaboração o programa de capacitação para agentes de assistência técnica e extensão rural com enfoque na transição agroecológica para o enfrentamento das mudanças climáticas (BRASIL, 2024a).

Levantamento dos Termos de Execução Descentralizada



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Nesta seção é apresentado o levantamento dos TED de projetos apoiados em 2023 e 2024, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) que estão relacionados com a extensão rural.

Os TED são instrumentos utilizados pelo governo federal para repasse de recurso entre órgãos federais, para execução de ações de interesse da unidade descentralizadora, mediante a apresentação de programas, projetos e de atividades pela instituição que recebe o recurso (BRASIL, 2021).

Nesta análise, os instrumentos identificados foram tabulados em planilhas de dados e analisados aqueles que possuem ações de extensão rural. Os TED demonstraram ser importantes instrumentos para execução de projetos para articulação de ensino, pesquisa e extensão, sendo identificados TED firmados com Universidades e Institutos Federais, TED com unidades de pesquisa como Embrapa, apresentados a seguir.

Para o recorte dos TED em extensão rural, considerou-se aqueles objetos que pretendiam ampliar o acesso às políticas públicas bem como trabalhar com o conhecimento como forma de qualificação da PNATER. Também se observou ações alinhadas aos princípios e objetivos da PNATER presentes nos TED.

Na Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia (SAF) foram identificados 34 TED. Deste total 23 TED tem como referência ações de extensão rural realizados com universidades e institutos federais e 4 com unidades da Embrapa sendo um TED executado na Embrapa Algodão (CNPQ), um na Embrapa Gado de Leite, um na Embrapa Agrobiologia e outro na Embrapa Mandioca e Fruticultura. Todos sob supervisão do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater).



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Na Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB) foram identificados 9 TED sendo 4 TED com ações da extensão rural firmados com universidades e institutos federais.

Na Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT) foram identificados 13 TED sendo 7 TED com ações da extensão rural firmado TED com 2 universidades, 1 Incra/BA e 4 unidades da Embrapa sendo 2 TED na Embrapa Acre, um Embrapa Amazônia Oriental e outro na Embrapa Semiárido.

Na Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais (SETEQ) foram identificados 3 TED sendo apenas um realizado com universidade, que dialoga com ações da extensão rural.

No Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), considerando também ações do ICMBio, foram identificados 16 TED realizados em 2023, sendo 2 TED da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT) com ações de extensão rural firmados um com a universidade e outro com o MDA. Um TED realizado com a Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO) com ações da extensão rural firmado com o MDA.

No MDS foram identificados 25 TED realizados em 2023, sendo 10 com ações de extensão rural distribuídos nas seguintes secretarias: 6 TED da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), com ações de extensão rural, firmados com Embrapa Roraima (1), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) (1), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/RS) (1) e universidades (3). 3 TED da Secretaria de Inclusão Socioeconômica (SISEC) feito com universidades e institutos federais com ações de extensão rural.

Extensão rural como política mediadora de políticas públicas



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Ao longo da pesquisa, observou-se que ações são necessárias dentre os ministérios estudados para que as políticas públicas tenham capilaridade e efetividade, ou seja, sejam executadas nos territórios.

Como relata ações do ICMBio,

Enquanto órgão, o ICMBio faz um trabalho intersetorial de articulação institucional para conseguir executar a Ater na ponta. Isso inclui dialogar com os pares para não só captar recursos, mas também estabelecer parcerias para que a política pública chegue às Unidades de Conservação (Entrevistado ICMBio, 2024).

O ICMBio possui uma estrutura de captação de recursos externos que é monitorada pelo órgão, que estimula parcerias com organizações para implementação de projetos nas Unidades de Conservação (UC). Assim, o ICMBio articula para que a Ater chegue aos territórios. Essas parcerias, como relata o entrevistado, fomenta a destinação de recursos para as comunidades e normalmente contam com uma entidade que realiza Ater e fornece apoio técnico para os empreendimentos. As capacitações de apoio à Ater normalmente acontecem por meio de doações, que vêm de fora do país como através da United States Agency for International Development (Usaid).

O Programa Bolsa Verde aparece tanto nas entrevistas da Coordenação de Produção e Uso Sustentável do ICMBio quanto no Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural do MMA. O programa se apresenta como um dos destaques com ações de Ater, conforme mencionado pelos entrevistados, e está sendo implementado. O ICMBio realiza a gestão da política do Programa Bolsa Verde dentro das Unidades de Conservação. A proposta do programa é uma Ater socioambiental em construção conjunta com o MDA e a Anater, que executará as ações relacionadas à Ater do Programa Bolsa Verde.

No Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural do MMA, além do Programa Bolsa Verde, foram identificadas novas ações que estão sendo



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



retomadas, como os programas de Gestão Ambiental Rural e o Proambiente. Este último é focado na transição agroecológica e inclui Ater. Estes programas estão em construção dentro do Plano Plurianual (PPA) do MMA.

Proambiente é um programa de transição agroecológica visando indicadores de serviços ecossistêmicos e a remuneração justa pela prestação desse serviço. Estamos propondo um programa de formação em transição agroecológica e resiliência aos impactos da mudança do clima com assistência técnica ambiental agroecológica focada no público da agricultura familiar (Entrevistado MMA, 2024).

No MDS foram identificados o 1) Programa de Fomento Rural, que necessariamente precisa ser desenvolvido junto com Ater, e o 2) Programa Cisternas para Produção, em que o MDS contrata tanto a elaboração das cisternas quanto, Ater para elaborar os projetos produtivos. Para este ano, será realizado o Programa Fomento Rural no Rio Grande do Sul (RS) com os povos Yanomami, onde o MDA repassa recursos para a Anater para contratar os serviços de Ater.

Na percepção dos entrevistados do ICMBio, a relação entre a extensão rural desenvolvida pelas entidades e a Pnater se apresenta como um desafio da falta de recursos.

O desafio não é a política, o desafio é a gente conseguir colocar em prática e implementá-la, então um grande desafio é recurso e não a Pnater em si (Entrevistada ICMBio, 2024).

No MDS, a entrevistada traz que o órgão está alinhado com os objetivos propostos pela Pnater e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Nossas ações estão alinhadas com a Pnater e como somos responsáveis pelos problemas de alimentação saudável a ideia é que nossas ações sejam com agricultura agroecológica na medida do possível (Entrevistada MDS, 2024).

No Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural do MMA, o entrevistado considera que o órgão possui um olhar que cobre todas as



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



diretrizes da Pnater, mas considera que precisam muitas vezes se enxergar como sujeitos e se reafirmarem dentro dessa política.

Destaca-se, como aspecto desafiador nas falas dos entrevistados, que as ações desenvolvidas em consonância com a Pnater necessitam ser acompanhadas da participação social, monitoramento e avaliação dos resultados dos serviços prestados de Ater.

No levantamento dos TED, foi possível analisar que nem todos os TED identificados utilizaram o termo “extensão rural” em suas ações, mas há ações de extensão rural que sugerimos considerar como uma análise de “ação intrínseca”, ou seja, ações que constituem em sua essência etapas ou características de extensão rural. Assim, podem aparecer como capacitação, formação, aperfeiçoamento ou outras denominações que na verdade implicam um conjunto de atividades que, na verdade, são intrínsecos à extensão rural.

Os TED da SAF/MDA, a agroecologia aparece mais presente nos projetos correlacionados à promoção e fortalecimento da agricultura urbana e periurbana, por meio da implantação de quintais produtivos, orientadas pelos princípios da agroecologia e da economia popular solidária, contribuindo para a segurança e soberania alimentar e nutricional de mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Ponto de análise sobre agroecologia, há nos TED uma recorrente referência. O termo agroecologia também está presente em projetos para o fortalecimento da agricultura familiar no semiárido nordestino, com foco no feminismo. Assim, os temas como gênero, agricultura urbana e periurbana, Povos e comunidades Tradicionais (PCT) e segurança alimentar e nutricional permeiam grande parte desses TED, em diálogo com o fortalecimento da agroecologia nos territórios. Nos demais TED realizados nas outras secretarias do MDA, o termo agroecologia não está presente, mas os temas como mulheres, PCT, juventude e



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



comercialização de produtos da agricultura familiar estão em diálogo com a agroecologia através das ações dos projetos.

Nos TED firmados do MMA, o termo agroecologia não tem destaque. Já nos TED firmados do MDS, o termo agroecologia não está explícito, mas aparece na forma de produção de alimentos saudáveis, trabalho e renda para juventudes do campo e mulheres rurais que estão no CadÚnico, na sustentabilidade e resiliência dos sistemas produtivos da agricultura familiar, na promoção da inclusão produtiva e combate à pobreza rural em diálogo com a agroecologia. Compreende-se que os TED são iniciativas que promovem a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para sua emancipação e promoção dos seus meios de subsistência, organizações e redes de comercialização. Estas ações dialogam com a proposta central da Pnater, conforme Queiroz e Costa (2013, p.63) ressaltam “o respeito à pluralidade e às atividades regionais econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país e há um destaque para a busca da inclusão social no seio da população rural brasileira”.

A agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, e os demais públicos do campo que necessitam ser assistidos pela política pública passam a ter mais destaque. As universidades, institutos federais, centros de pesquisas assumem um papel central nessas ações para execução da articulação de ensino, pesquisa e extensão para a formação de extensionistas, a promoção do intercâmbio de saberes e práticas, e o fortalecimento da articulação do conjunto de ações em curso na parceria com as entidades ministeriais.

Estas ações dialogam com o que Caporal e Ramos (2006) salientam no que diz respeito à capacitação dos extensionistas, que deve estar pautada nos aspectos da agroecologia e metodologias participativas, essenciais para a qualificação da Pnater e melhoria dos serviços ofertados. Segundo os autores, as universidades, institutos federais e os centros de pesquisa são agentes



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



fundamentais nesses processos de formação de extensionistas na melhoria dos serviços de Ater.

Para finalizar, observou-se que há um esforço intersetorial envolvendo como mediação a extensão rural para que as políticas possam se efetivar. Dessa forma, o MDA, tem papel chave uma vez que pode exercer um papel mais incisivo no conjunto orçamentário para que ações meio como é a Pnater, possa ser fortalecida. A agroecologia, tida como foco das ações do MDA permitem maior confluência intersetorial, uma vez que não está restrita ao campo agrícola ou agrário e sim, a um campo mais abrangente de ações. Nesta perspectiva, as ações do MDA assumem um maior potencial mediador através da extensão rural.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. In: Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. 1982.

BRACAGIOLI NETO, Alberto.; DAL SOGLIO, Fábio K. (org.). Metodologias participativas e sistematização de experiências em Agroecologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. 314 p. (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias).

BRASIL. Apresentação MMA. Antigo MMA. 2020. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/temas.html>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jun. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7215.htm> Acesso em: 06 mai. 2024.

_____. Decreto nº 11.396, de 01 de janeiro de 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11396.htm#art6>. Acesso em: 15 mar. 2024.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



_____. Planejamento Estratégico MDS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2023a.

_____. Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde. 2023c. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/snpct/dpct/bolsa-verde>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

_____. Relatório de gestão MDA. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2023.

_____. Relatório de gestão MMA. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2023b.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 07 de mar. 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Publicação especial: balanço 2023/2024 - 2 anos de MDA. Brasília, 2024.

_____. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Relatório de Gestão 2024. Brasília, DF: MMA, 2024b.

_____. Termo de Execução Descentralizada - TED. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/parcerias/nacionais-1/termo-de-execucao-descentralizada-ted>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CAPORAL. Francisco Roberto.; RAMOS, Leonardo Fernandes. Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural Para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar Desafios para Romper a Inércia. Brasília, DF: 2006.

DE MENDONCA, Sonia Regina. Agronomia e poder no Brasil. Vício de Leitura, 1998.